



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

18 de dezembro de 2015

----- Aos dezoito dias de dois mil e quinze, pelas quinze horas, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão extraordinária, na Sala 1/2 dos Edifício dos Serviços Comuns do IPC, em S. Martinho do Bispo, tendo estado presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc.1). Justificaram a sua ausência, os (as) conselheiros (as), Carlos Moreira, Filipe Pereira, Gabriel Silva, Jorge Barbosa, Jorge Bernardino, José Gaspar, José da Silva Couto, Luis Borrego, Mariana Barata, Noé Roseira e Salvador Massano (Doc.2). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte:-----

----- **Ponto 1 - Informações;** -----

----- **Ponto 2 – Análise da reclamação apresentada pelo Conselheiro João Benjamim Pereira sobre a eleição do Presidente do Conselho Geral do IPC;** -----

----- **Ponto 3 – Fixação do valor das propinas dos cursos do IPC no ano letivo 2016/2017;** -----

----- **Ponto 4 – Outros assuntos urgentes a agendar no início da reunião.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral (PCG), João Palmeiro, cumprimentou os conselheiros presentes e perguntou se havia algum assunto urgente a agendar no ponto 5 da OT.-----

----- O PCG deu a palavra ao conselheiro Luís Martins que sugeriu que no futuro fosse agendado um debate sobre o futuro do IPC.-----

----- O PCG sugeriu que a discussão proposta se centrasse no modelo de debate sobre o futuro do IPC. A inserção deste assunto no ponto 4 foi aceite consensualmente. -----

----- **Ponto 1 - Informações;** -----

----- O PCG iniciou este ponto fazendo referência ao documento informativo previamente remetido aos conselheiros (Doc.3) onde apresentava a metodologia adequada à análise do Ponto 1 da OT. Considerando que o conselho é soberano quanto às decisões a tomar sobre esse assunto, colocou à votação o ponto 1 da informação: *Votação sobre se todos os conselheiros se encontram suficientemente informados em relação à matéria da reclamação;* Dos 22 membros do conselho presentes nesta fase da reunião, vinte e um consideraram estar suficientemente informados e um não. O PCG leu então a reclamação apresentada pelo conselheiro Benjamim Pereira (Doc.4).-----

----- De seguida e seguindo o ponto 2 da informação, colocou à votação sobre se a reclamação deveria ser aceite. Teve lugar um debate sobre o procedimento de análise deste assunto. O PCG esclareceu que neste ponto da informação colocava à consideração do conselho aceitar, ou não, a discussão da matéria exposta na reclamação enviada pelo conselheiro Benjamim Pereira.-----

----- Esclarecido o critério o PCG recolou a votação sobre se a reclamação deveria ser aceite, obtendo os seguintes resultados: Votos a favor, 12 (doze); votos contra: 5 (cinco); abstenções: 5 (cinco) votos. Em face dos resultados obtidos o conselho aprovou por maioria analisar o conteúdo da reclamação apresentada pelo conselheiro Benjamim. -----

----- De seguida pediu ao conselheiro Benjamim Pereira para acrescentar alguma informação à sua comunicação, o que este declinou. -----

----- De seguida o PCG deu a palavra ao conselheiro Octávio Alexandrino que referiu que presidiu à reunião da eleição do presidente do Conselho Geral. Recordou a metodologia da eleição de dia 20 de novembro considerando-a correta. Sublinhou que toda a reunião decorreu dentro da legalidade e das regras do Conselho Geral e reforçou que a votação decorreu com toda a honestidade e legalidade, não reconhecendo qualquer ilegalidade ao resultado da votação. -----



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

----- O PCG deu a palavra ao conselheiro Benjamim Pereira que referiu que não tinha requerido nada em particular. Apenas pretendia com o *e-mail* enviado chamar a atenção para a irregularidade da eleição, mas não arguindo nenhuma nulidade e que considerava ter comunicado essa informação ao presidente em exercício na reunião de dia 20 de novembro. ---

----- Ausentou-se da reunião o conselheiro Gabriel Silva.-----

----- O PCG questionou o conselheiro João Benjamim sobre se, de acordo com as suas palavras, poderiam considerar que não existia pedido de nulidade da eleição do presidente do Conselho Geral e que a análise da sua comunicação teria resultado de uma deficiente interpretação por sua parte do último parágrafo do *e-mail* de 27 de novembro de 2015. E que por esta razão apresentava as públicas desculpas ao conselheiro Benjamim Pereira.-----

----- O PCG deu a palavra ao conselheiro Marco Eliseu que sugeriu que a metodologia do ato eleitoral fosse salvaguardada para futuras eleições.-----

----- O PCG concluiu a discussão sobre a informação remetida pelo conselheiro Benjamim, considerando que teria havido má interpretação no seu conteúdo, ficando sem efeito a sua análise. Assim o Ponto 2 da OT não foi votado. -----

----- De seguida, apresentou a proposta referida nas alíneas a) e b) do ponto 3 da informação enviada pelo PCG aos conselheiros no dia 17 de dezembro de 2015: *Votação sobre o procedimento de contagem para escrutínio eleitoral em futuras eleições, ficando esclarecido se, ao abrigo do disposto no ponto 6 e na alínea d) do ponto 7 do artigo 11º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra: a) Caso nenhuma das personalidades obtenha a maioria absoluta dos votos, a votação é repetida entre os dois membros que obtiveram maior número de votos. Será eleito presidente do Conselho Geral o membro que obtiver a maioria absoluta dos votos; b) Caso nenhuma das personalidades obtenha a maioria absoluta dos votos, a votação é repetida entre os dois membros que obtiveram maior número de votos. Será eleito presidente do Conselho Geral o membro que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos, não se considerando como tal os votos em branco.* -----

----- O conselheiro Benjamim Pereira informou que se iria retirar por não concordar com esta votação em virtude de, no seu entendimento, ela contrariar a legislação.-----

----- Tomou a palavra a conselheira Fátima Neves referindo que a metodologia a adotar deveria constar nos estatutos do IPC. -----

----- O conselheiro Jorge Conde referiu que considerava não fazer sentido a discussão deste assunto, considerando que toda a metodologia teria sido correta considerando ainda que votos brancos não são válidos. -----

----- O PCG sugeriu que, dada a autonomia deste órgão, poderia ser contemplada a metodologia no regimento do Conselho Geral, adiando assim o assunto para reunião futura. Dado o avançar da hora e não existindo quórum de 2/3 dos membros para a reunião 2, que estaria marcada para as 16h30, foi adiada a reunião que teria como ponto único na OT *Apreciação final, na generalidade, da proposta de revisão dos Estatutos do Politécnico de Coimbra*, para dia oito de janeiro. -----

----- Ausentou-se da sala o conselheiro Octávio Alexandrino. -----

----- **Ponto 2 – Análise da reclamação apresentada pelo Conselheiro João Benjamim Pereira sobre a eleição do Presidente do Conselho Geral do IPC;** -----

----- O ponto 2 da OT ficou sem efeito como referido no ponto 1 - Informações. -----

----- **Ponto 3 – Fixação do valor das propinas dos cursos do IPC no ano letivo 2016/2017;** -----

----- Entrou na sala o Presidente do IPC (PIPC). -----

----- O PCG deu a palavra ao PIPC para que apresentasse a proposta de fixação de propinas para 2016/2017 (Doc.5), previamente apresentada e que mereceu parecer favorável do Conselho de Gestão (Doc.6). O PIPC apresentou uma correção ao quadro enviado que



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

consistiu em: 1) No Mestrado da ESEC em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade, no ciclo de estudos lecionados em inglês, a propina no 1º ano curricular é no valor de 2.100€ e no 2º ano curricular 1.100€, mantendo o total de 3.200€. 2) No mestrado da ESEC em Interação Humano-Computador, no ciclo de estudos lecionados em inglês, a propina no 1º ano curricular é no valor de 2.100€ e no 2º ano curricular 1.100€, mantendo o total de 3.200€

----- Seguiu-se o período de esclarecimento em relação aos novos valores propostos, bem como à oportunidade e necessidade de tomar esta decisão antes do fim do ano civil.

----- Terminada a apresentação do PIPC o PCG perguntou aos conselheiros sobre se gostariam de ver esclarecida alguma questão. Intervieram vários conselheiros neste ponto e esteve sobretudo em questão a antecedência em com que era apresentada esta proposta e quais as razões para o aumento das propinas. O PIPC esclareceu as dúvidas explicando que, para além de considerar importante a aprovação das propinas antes da aprovação do orçamento, considerava também que o IPC estava aquém das propinas que pode cobrar e existe a necessidade de utilizar os meios possíveis de financiamento da própria instituição. Acrescentou que o aumento se justifica ainda com o Fundo de Apoio aos Estudantes do IPC - A2Es, que se propôs passar o apoio de 1% para 2% das propinas.-----

----- Esclarecidas as questões o PCG propôs a votação do documento separadamente tendo a sugestão sido consensualmente aceite. Das votações obtiveram-se os seguintes resultados:-----

----- Fixação de propinas para cursos técnicos superiores profissionais (CTESP) 2016/2017: votos a favor 16 (dezasseis), votos contra 3 (três), abstenções 1 (uma).-----

----- Fixação de vagas e propinas para licenciaturas 2016/2017 - Concurso Especial de Acesso e Ingresso para Estudantes Internacionais: votos a favor 17 (dezassete), votos contra 3 (três), abstenções 0 (zero).-----

----- Fixação de propinas para licenciaturas 2016/2017 - Regime Geral: votos a favor 15 (quinze), votos contra 3 (três), abstenções 2 (duas).-----

----- Fixação de vagas e propinas para mestrados 2016/2017: votos a favor 17 (dezassete), votos contra 3 (três), abstenções 0 (zero).-----

----- Em face dos resultados obtidos a proposta de fixação do valor das propinas dos cursos do IPC no ano letivo 2016/2017 foi aprovada por maioria dos conselheiros presentes (Doc.7).---

----- **Ponto 4 – Outros assuntos urgentes a agendar no início da reunião.**-----

----- O PCG, por sugestão do conselheiro Luís Martins inseriu neste ponto o assunto *debate sobre o futuro do IPC* e deu a palavra ao conselheiro que manifestou a sua insatisfação quanto às medidas da tutela no que se refere à relação com esta instituição. Informou que iria apresentar uma moção a este órgão no sentido de se refletir sobre o assunto de forma geral.----

----- O PCG deu a palavra ao conselheiro Jorge Conde que considerou que havendo uma moção o PIPC deveria apresentar um relatório sobre o que se tem feito e que se deverá fazer mais pela instituição. Sugeriu uma reflexão no interior do Politécnico, e avaliação do que este órgão contribuiu para que o plano estratégico tenha sido cumprido e o que poderá ser necessário fazer para que se possa contribuir para a melhoria da instituição. Questionou ainda que tendo o IPC saído do CCISP quem representaria o IPC.-----

----- O PCG referiu que um relatório seria mais adequado para ser analisado enquanto uma moção teria de ser votada. Desta forma, o relatório seria parte de um conjunto de informação sobre aquilo que seria o politécnico. Sugeriu que uma vez terminado o processo de levantamento de informação da situação, se criaria uma comissão e se deveria pedir para serem recebidos pela Secretaria de Estado e entregar o resultado desse trabalho. Sugeriu ainda uma reunião que teria como ponto único a apresentação desses relatórios ao Presidente da Comissão da Assembleia da Republica. Acrescentou que se deveria fazer chegar à sociedade civil, através de uma discussão pública, as informações anteriormente referidas.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

Deixou esta sugestão aos conselheiros para que ponderassem sobre as propostas. -----

----- O conselheiro Luís Martins informou que preferia apresentar uma moção, pelo que o PCG informou o conselho que se aguardaria por esse documento antes de se voltar ao assunto. -----

----- Terminada a discussão dos assuntos agendados, o PCG solicitou aos presentes um minuto de silêncio em memória do Prof. Doutor Fernando Páscoa, anterior Presidente deste conselho. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião e dela lavrada a presente ata que depois de lida/apreciada será votada pelos conselheiros presentes na reunião e assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim, Neide Rute Pereira Martinho, que a secretariei. -----

O Presidente do Conselho Geral (João Maria Pinheiro de Moraes Palmeiro)

A secretária (Neide Rute Pereira Martinho)